

# economia

## Haddad diz que equilíbrio fiscal deve ser agenda

Ministro da Fazenda relatou ter conversado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre o tema

### / CONJUNTURA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que o Brasil precisa ter uma agenda de responsabilidade fiscal como um compromisso de Estado, pactuado entre os Três Poderes, já que decisões do Legislativo e Judiciário impactam no Orçamento e não caberia apenas ao Executivo resolver o impasse fiscal. Ele, que participou do J. Safra Macro Day 2025, citou exemplos de despesas que foram aprovadas sem fonte de financiamento e provocaram uma pressão de R\$ 200 bilhões nas contas públicas e criticou a preocupação apenas com a inclusão do programa Pé-de-Meia no Orçamento.

Haddad relatou ter conversado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre o tema. “Acho ruim a responsabilidade fiscal ser uma atribuição exclusiva do Executi-

vo, porque as medidas tomadas pelo Legislativo e pelo Judiciário podem ou não comprometer a agenda fiscal muito mais do que o Executivo”, disse.

Ele citou quatro exemplos do que chamou de unidades de custo, que foram despesas aprovadas sem fonte de financiamento: aumento para R\$ 50 bilhões anuais em emendas parlamentares, o reforço do Fundeb, a mudança no pagamento de precatórios e a Tese do Século, com a alteração no entendimento da cobrança de PIS e Cofins.

Haddad disse que outros governos “empurraram com a barriga” a questão da compensação dessas medidas, que somadas custam R\$ 200 bilhões. “Aí você vai lá, nos jornais tem sempre alguém, ou um editorial, dizendo da ganância. Ganância que foi contratada quando? Agora? Aí a pessoa está preocupada com o Pé-de-meia? Estão botando a cul-

pa no pé de meia, que já vai ser orçado para o ano que vem, na forma que foi pactuada com o Tribunal de Contas”, comentou.

Para ele, este debate público está errado e é preciso ter uma conversa honesta sobre o quadro fiscal do País para encontrar uma solução duradoura. “Eu tenho procurado, junto ao presidente (do Senado, Davi) Alcolumbre e Hugo Motta, e também nas conversas que mantemos com o presidente (Luis Roberto) Barroso, do Supremo, mostrar como essa agenda depende de uma harmonia entre os poderes. E ela tem de ser adotada pelos três poderes da República”, defendeu.

O argumento de Haddad é de que é normal um governo ter um plano que respeite sua base eleitoral, mas isso não pode implicar em uma abdicação da agenda de Estado.

“A democracia produz os melhores resultados quando você



Haddad participou do J. Safra Macro Day 2025 nesta segunda-feira

tem expectativa de poder, então a oposição sabe que pode chegar ao poder, e você tem uma agenda de Estado que independe de quem está no poder. Nós fomos perdendo um pouco, ao longo de 10 anos, nós fomos perdendo a ideia de ter uma agenda de Estado. O esforço que a área

econômica está fazendo é de que essa agenda de Estado se imponha, que ela não seja uma agenda de governo, que ela perdue, que ela, independentemente do que vai acontecer nas próximas eleições, que ela tenha sustentabilidade”, disse o ministro da Fazenda.

## Precisamos dar tempo para política monetária fazer efeito, diz Galípolo

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou nesta ontem que a autarquia precisa “dar o devido tempo para as defasagens da política monetária fazerem efeito”.

“A economia ainda demanda nossa vigilância no que é o nosso mandato principal que é uma preocupação corrente com uma inflação que está acima da meta, e a economia ainda está demonstrando sinais ainda incipientes de arrefecimento”, disse o presidente do BC durante evento do Banco Safra.

Segundo Galípolo, o entendimento divulgado na reunião do Copom de março continua vigente, e a comunicação do colegiado “foi feliz ao apontar cenários que se confirmaram”.

Galípolo afirmou que o BC acertou ao demonstrar preocupação com a inflação e ao mencionar a defasagem da política monetária e a incerteza no cenário econômico global, por causa da guerra comercial entre o presidente americano, Donald Trump e a China.

No comunicado da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no qual previu alta de juros menos intensa em maio, o colegiado do BC citou continuidade do “cenário adverso” para a convergência da inflação, elevada

incerteza e defasagens do efeito da política de juros sobre a economia. Na ata divulgada em 25 de março, afirmou que a piora nas expectativas para prazos mais longos exige juros mais altos por mais tempo.

De acordo com o presidente do BC, a imprevisibilidade na economia mundial com a guerra tarifária dificulta o trabalho dos tomadores de decisão e exige cautela. “Houve a necessidade de a gente fazer o que fez (elevar os juros) e ainda ter flexibilidade em um mundo onde a incerteza se elevou tanto”, disse.

A expectativa dos economistas ouvidos pelo Banco Central para o boletim Focus desta segunda é que a taxa Selic ainda deve avançar dos atuais 14,25% ao ano e encerrar 2025 em um patamar de 15%. A projeção de uma possível queda dos juros está indicada apenas para 2026, com estimativa de um índice de 12,5% ao fim do ciclo.

No início da semana, os economistas consultados para o Focus reduziram suas projeções para a inflação em 2025 para 5,55%. A previsão para 2026 subiu a 4,51%. O centro da meta perseguida pelo BC é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

## Economistas diminuem novamente projeção da inflação

### / FOCUS

Os economistas consultados pelo Banco Central (BC) diminuiram novamente as previsões para a inflação em 2025. As estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB), Selic e dólar foram mantidas para este ano. É o que revela o Boletim Focus divulgado ontem pelo BC.

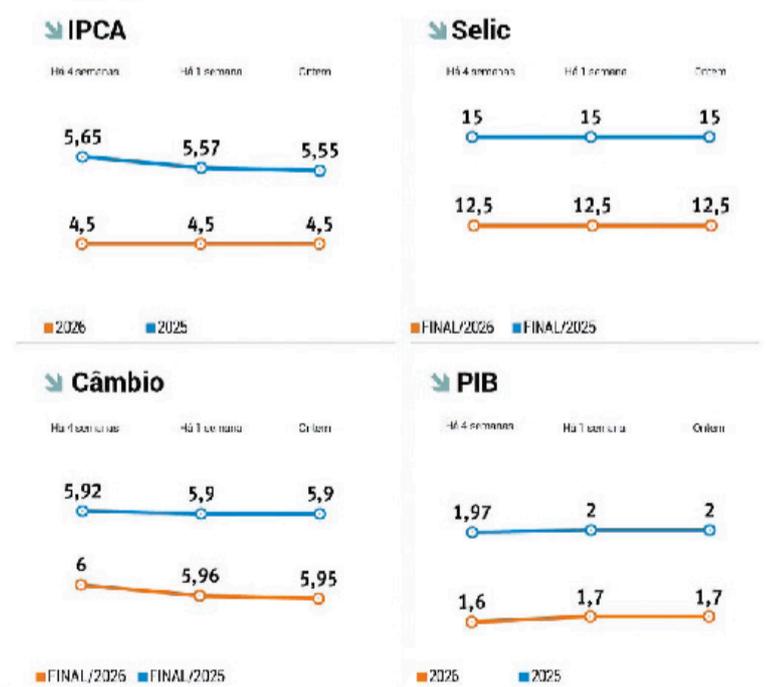
O levantamento mostrou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ter 5,55% ao fim deste ano na perspectiva dos analistas. A previsão para 2026, contudo, teve aumento e foi para 4,51%.

Na última semana, a previsão para 2025 havia ficado em 5,57%, na primeira queda da projeção no ano. O centro da meta perseguida pelo BC é de 3%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A estimativa para o PIB ficou em 2% para 2025 e 1,7% para 2026. As taxas haviam subido na última semana, a 2% para 2025 e 1,7% para 2026, e foram mantidas.

Sobre a política monetária do Banco Central, houve manutenção na expectativa para a taxa básica de juros neste ano e no próximo, enquanto para 2026 a previsão é de que a taxa atinja 12,5% (é a 13ª semana com a expectativa). No momento, a Selic está em 14,25% ao ano.

### Projeções



No câmbio, houve também manutenção na expectativa para o preço do dólar no final de 2025 em R\$ 5,90. A projeção para 2026, entretanto, teve queda e foi para 5,95, ante 5,96 na semana anterior.

O índice tem acompanhado a guerra tarifária gerada pelo governo de Donald Trump nas últimas semanas. Na sexta-feira, a moeda norte-americana fechou em estabilidade com o possível acordo

comercial entre Estados Unidos e China como pano de fundo.

Os dois países têm sinalizado que uma desescalada na guerra tarifária pode estar no horizonte, entretanto informações conflitantes sobre as negociações tem gerado pessimismo nos investidores.

O Boletim Focus reúne previsões de uma centena de economistas e é divulgado semanalmente pelo Banco Central.